



Futebol – O caminho de África até à Europa

Jorge Nuno Ribeiro Gonçalves Sequeira

Trabalho realizado no âmbito da Bolsa de Integração na Investigação Científica e
Desenvolvimento do Instituto Politécnico do Porto - Banco Santander Totta

Centros de Estudos Interculturais

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

ABSTRACT

Similarly to its past, Africa plays a similar role in the football world as it did during History, if we look at the creation of some of the most powerful empires in the world (the Portuguese, French or English, for example) – as an almost unlimited workforce ‘supplier’.

Africa is still searching for its own place in the football world map. With a recent history filled with social conflicts, civil wars and racial discrimination, it was possibly in this continent that the sport was first seen as a means towards social evolution and as ‘peacemaker’. Although these problems also exist in African stadiums, supporters all over the continent go to matches to celebrate and socialize; in a reality constantly shrouded in conflicts and oppression, football is like a ‘light at the end of the tunnel’ to those who believe in a continent sustained by healthy political relations between countries, democratic values and a socially fair ‘use’ of a country’s potential – and always for the profit of its own people.

But while see the attempt to use football with that objective, others see it as their ticket out of their country, to avoid getting involved in military conflicts and seek better life conditions for themselves and their families (both those who accompany them and those who remain in Africa). Others, still, try to make the most of others’ will to leave a less favourable social reality; Portugal, for its past as a colonizing country, also saw in the African players a way to develop the football phenomenon in its European territory.

This article attempts to analyze the influence of Portuguese colonialism in the emigration of African players to Europe, since Portugal presents itself as one of the biggest ‘importers’ of these players.





INTRODUÇÃO

Um pouco à semelhança do seu passado, África desempenha, no mundo do futebol, o mesmo papel que desempenhou ao longo da História, na fundação de alguns dos impérios mais poderosos do mundo (português, inglês ou francês, por exemplo): o de “fornecedor” quase ilimitado de mão-de-obra.

O continente africano ainda procura o seu lugar de destaque no mundo do futebol; com um passado recente repleto de episódios de conflitos sociais, guerras civis e discriminação racial, terá sido neste continente que o futebol começou a ser visto como ferramenta para a evolução social e como amenizador de conflitos. Ainda que estes problemas também existam nos estádios africanos, os adeptos aproveitam estas oportunidades em que há jogos de futebol para confraternizarem e celebrarem – numa realidade sempre envolta em conflito e opressão, o futebol representa uma “luz ao fundo do túnel” para os que acreditam ser possível criar um continente baseado em boas relações políticas entre países, em valores democráticos de eleição dos seus líderes e numa exploração socialmente justa do potencial do país e sempre em prol desse mesmo país.

Mas, enquanto uns procuram utilizar o futebol no continente com esse objectivo, outros vêm no desporto a sua forma de sair do seu país e evitar o envolvimento em conflitos militares, bem como procurar melhores condições de vida para si e para a sua família (quer para a que o acompanha, quer para a que permanece em África). E outros procuram, ainda, obter o maior rendimento possível desta vontade de muitos em escapar a uma realidade social menos favorável; Portugal, pelo seu passado enquanto país colonizador, também procurou nos jogadores africanos uma forma de desenvolver o fenómeno do futebol no país.

Este artigo procura reflectir sobre a influência do colonialismo português no fenómeno da emigração de jogadores africanos para a Europa, já que Portugal se apresenta como um dos maiores praticantes da “importação” de jogadores africanos.



A INFLUÊNCIA DO COLONIALISMO NA EMIGRAÇÃO

Como outros países europeus, Portugal tem a sua quota-parte de responsabilidade na emigração africana, ainda que, actualmente, esta se deva a diferentes razões. Durante o tempo da ditadura salazarista, as colónias ultramarinas eram meramente vistas como “regiões autónomas”, à semelhança da Madeira e Açores – e governadas como tal. Os conflitos existentes hoje em dia tiveram a sua origem no período pós-colonial, já depois de os países envolvidos (Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné Bissau) terem declarado a sua independência. Os jogadores destes países eram considerados, portanto, cidadãos portugueses – e, no âmbito da sua função, tratados como tal, já que os que emigravam para Portugal eram considerados “assimilados” se já se apresentassem culturalmente influenciados pelos costumes europeus. Os benefícios deste fenómeno foram particularmente visíveis nas equipas do Benfica da década de 60 (onde o clube teve o período mais dominante da sua história – em particular a nível europeu, com as suas cinco presenças e duas vitórias na Taça dos Clubes Campeões Europeus, na primeira metade da década) e na Selecção Nacional que participou no Mundial de 1966 (onde obteve o terceiro lugar, ainda hoje a sua melhor classificação de sempre na principal competição mundial de selecções); Mário Coluna e Eusébio da Silva Ferreira eram os principais rostos de ambas e marcaram, decisivamente, a história de todo o futebol português, sendo considerados, ainda hoje, como sendo dos melhores jogadores “portugueses” de sempre.

Apesar de esta prática já existir em diversos países europeus desde as primeiras décadas do século XX (principalmente, em França, Bélgica e Holanda), Portugal apenas viria a sentir realmente o impacto da “importação” de jogadores das colónias ultramarinas em meados do século e já perto do fim da era colonial, num fenómeno que seria encabeçado pelo moçambicano Lucas Sebastião da Fonseca – ou “Matateu”, como ficou melhor conhecido –, contratado pelo Belenenses e cujo sucesso da sua participação no campeonato português viria a influenciar decisivamente outros clubes a seguirem a política do clube do Restelo; até então, apenas os clubes importantes a nível nacional (como o Benfica, Sporting ou Porto) procuravam aproveitar o que o continente africano tinha para oferecer neste capítulo, com o estabelecimento de contactos com clubes das colónias e de redes de observação de jogadores em África. Exceptuando o interregno na emigração de jogadores que surgiu com a independência de Moçambique em 1975 (que, até 1987, proibia os seus jogadores de abandonarem o país para jogarem na Europa), o fenómeno da emigração não abrandou e, em 2000, Portugal já se



apresentava como o terceiro maior “importador” de jogadores oriundos de África, com cerca de 65% dos profissionais de futebol do seu campeonato a serem provenientes de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné Bissau¹.

Claro que todo este fenómeno tinha uma forte conotação política. Não tendo o Regime demonstrado um grande interesse pela modalidade ao longo da sua existência (indo contra a tendência criada pelos seus “semelhantes” de Espanha e Itália, onde o futebol sempre representou uma importante ferramenta de afirmação política junto dos respectivos povos e, sobretudo, dos parceiros internacionais europeus – absolutamente contra os regimes totalitários), acabaria por também a ele recorrer após conseguir a sua afirmação e aceitação junto da população portuguesa, perfeitamente integrada nos costumes e mentalidade social impostos pelo Estado Novo; e, à semelhança dos regimes de Franco e Mussolini, também com o intuito de se afirmar junto dos restantes países europeus e de “legitimar” o Regime. A emigração de jogadores africanos para o país e a sua integração na sociedade portuguesa “da Europa” reforça a ideia que Salazar pretendia transmitir sobre as colónias serem meras províncias ultramarinas de um mesmo país, que ia “do Minho a Timor”.²

O “DESPORTO EUROPEU” EM ÁFRICA

Para este processo ser possível, contudo, torna-se necessário que haja interesse por parte dos emigrantes em partir para um outro país e exercerem a sua função, já que (pelo menos, em teoria) não eram escravos. Neste contexto, o desporto – e o futebol, em particular – podem ser vistos como um elo de ligação entre o colonizador e o colonizado, como defende J. A. Mangan (1992), num estudo que faz sobre esta temática, direccionada para o império britânico:

Throughout the Empire sportsmen and to a far lesser extent sportswomen and sports fields were acknowledge agents and agencies respectively of this bonding process. Through this process by virtue of domination, control and contact which affected irrevocably the nature of indigenous cultures, political relationships, and subordinates' perceptions of superiors and vice versa (Mangan, 1992, pp. 3-4).³

Ainda que funcionasse como ferramenta política, era necessário que a influência do desporto se estendesse à própria cultura do povo colonizado; sem a sua “aceitação”, o processo estaria destinado ao fracasso e o futebol acabaria por não representar mais do que mais uma ferramenta política opressiva. Não seria o caso na situação das colónias portuguesas.

Pegando no caso de Moçambique, o poeta e jornalista moçambicano José Craveirinha publica, em 1955, dois artigos onde aborda o papel que o futebol tinha nos subúrbios de Lourenço Marques, onde os seus representantes (os jogadores daí provenientes) eram usados pelo autor como termo de comparação para analisar a “evolução” do africano aos olhos da “modernidade” imposta pelo colonialismo português: a posse de uma educação escolástica, nacionalista e católica; ocidentalização das formas de ser e estar; modo de viver e vestir; a aquisição de uma ética de trabalho; a inclusão numa economia de mercado; e a rejeição de tradições e costumes (Henriques, 1999, pp. 225-229)⁴. Craveirinha acabaria por defender no seu estudo que os praticantes de futebol não deveriam abdicar de “uma cultura indígena, nem renegar uma corrente europeia” (Craveirinha, 1954, p. 6)⁵, considerando o povo moçambicano aberto a uma adopção do que é novo e, acima de tudo, a uma adaptação e recriação dessa mesma novidade que se lhe apresenta. Novamente segundo este autor, um dos principais traços dessa assimilação e adaptação do futebol às tradições indígenas moçambicanas prendia-se com a forte presença do humor na sua prática, levando à criação de uma gíria própria e exclusiva ao contexto futebolístico:



O seu sentido de humor reflecte-se na alegria do jogo, teatralidade nas fintas e dribles e expressões que usa para amesquinhar chocarreiramente o jogador que acaba de ser iludido: “pysonho”, “psyêtu”, etc. (leia-se “psonho” e “psêto”), termos onomatopeicos que só ali se aplicam (Craveirinha, 1955, pp. 8).⁶

Este testemunho acaba por demonstrar a existência de um lado mais liberal do futebol junto do colonizado que, estando sob a influência de um país colonizador a exercer o seu poder via futebol, consegue como que “recriá-lo” de acordo com as suas próprias tradições e rituais. No entanto, não seria apenas em prol do país dominante que o futebol actuaria em todo este processo.

Em 1954, Amílcar Cabral, amante do futebol e um dos principais líderes da luta pela independência da Guiné Bissau e Cabo Verde, criou o Clube Desportivo e Recreativo de Bissau, utilizado como uma ferramenta política para combater a opressão política a que o país estava sujeito; Amílcar viu, na criação de um clube desportivo, uma forma de “contornar” a proibição do direito de reunião, já que o objectivo era que os membros do clube fossem todos naturais da Guiné Bissau e tinha, como intuito, não só a “elevação do nível cultural dos seus associados”⁷ mas, também, uma função política de combate ao Antigo Regime português. Ainda que Amílcar Cabral e a sua mulher (além de outros elementos envolvidos na fundação desta aglomeração desportiva) tenham sido investigados pela PIDE, esta ideia acabaria por ter um enorme sucesso, já que muitos dos principais revolucionários pela independência da Guiné Bissau estiveram ligados a Cabral e a este clube desportivo – bem como o Partido Africano para a Independência (PAI), mais tarde renomeado Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que deve a sua criação, em parte, à própria criação do Clube Desportivo e Recreativo de Bissau.

O FUTEBOL PORTUGUÊS VINDO DAS COLÓNIAS

A integração de atletas africanos em clubes e na própria selecção nacional de futebol acabaria por não ter as consequências que seriam expectáveis de um “choque” intercultural. Ao contrário de épocas históricas anteriores, a mentalidade imposta pelo Estado Novo colocava o País acima de tudo, como que ignorando distinções de raça e cultura entre os seus cidadãos desde que os seus interesses enquanto nação fossem sempre a sua prioridade.

A necessidade de demonstrar a legitimidade do seu papel enquanto colonizador junto dos seus parceiros europeus levou Salazar a procurar explorar os benefícios de ter atletas de ascendência africana a representar o País – a sua fisionomia, a possibilidade de escapar a conflitos políticos e os diversos benefícios económicos para os clubes eram argumentos demasiado apetecíveis para não aproveitar este “recurso” que os territórios ultramarinos ofereciam. Mas, ao contrário do que seria uma ideia generalizada sobre este tema, a emigração dos jogadores africanos dos territórios coloniais da época não foi feita sob qualquer pressão política por parte da nação-mãe, apesar do claro aproveitamento que foi feito deste fenómeno.

Todd Cleveland, professor de História Africana da Universidade de Augustana (Illinois, Estados Unidos), realizou um estudo sobre a questão do racismo junto dos futebolistas africanos que tinham (e têm) emigrado para Portugal⁸ – no fundo, para verificar se estes jogadores teriam sido alvo de comportamentos racistas ou tratamento diferente dos restantes colegas de clube e de profissão. O estudo, ainda não divulgado, baseou-se numa série de depoimentos junto de atletas envolvidos neste processo (como Eusébio da Silva Ferreira ou Mário Wilson, por exemplo) e revela algumas conclusões interessantes.

Relativamente à questão do racismo propriamente dito, apenas Eusébio mencionou a ocorrência de alguns episódios esporádicos de telefonemas ameaçadores, mas defende que “não havia africanos em número suficiente [em Portugal] para haver um problema racial”. A generalidade dos testemunhos defende a inexistência de tratamentos discriminatórios entre jogadores portugueses e africanos em clubes portugueses, apesar de alguma discrepância existente ao nível dos salários auferidos por alguns jogadores provenientes das colónias.

Outra ideia defendida por este estudo é a falta de uma ligação política entre os jogadores africanos e o seu país de origem. A maioria destes jogadores admite ser “apolítico” e ter optado por emigrar (e permanecer) em Portugal de forma a evitar a



instabilidade política e social existente no seu país de origem; isto porque a maior destes atletas emigrou numa altura em que as colónias já se encontravam na luta pela sua independência ou à procura da estabilidade governativa pós-colonialismo. Assim, Portugal apresentava-se como uma forte solução para escapar a um futuro de incerteza e conflito e para se estabelecer a nível familiar e social com melhores condições do que as que encontrariam se não abandonassem o seu país. Além disso, alguns destes jogadores procuraram ainda trabalhar em prol da sua formação académica ou em clubes com algumas garantias de emprego, para poderem precaver o seu futuro após terminarem a carreira de futebolista – para tal, procuravam, principalmente, ingressar nas fileiras da Associação Académica de Coimbra ou da extinta CUF, já que lá conseguiam cumprir este seu objectivo pessoal devido à sua ligação às respectivas instituições de ensino superior ou fabris (nomeadamente, a Universidade de Coimbra e a Companhia União Fabril, no Barreiro). Um exemplo deste facto foi o de Mário Torres, futebolista proveniente de Angola que se destacou ao serviço da Académica de Coimbra, através da qual terminou a Licenciatura em Medicina na Universidade de Coimbra, quando terminou a sua carreira no futebol.



CONCLUSÃO

A emigração de jogadores das ex-colónias portuguesas para a então “pátria-mãe” foi um reflexo de uma tendência que se vinha instalando um pouco por toda a Europa. No caso português, a percepção do futebol enquanto fenómeno em expansão e com uma cada vez maior importância social levou o poder central a aproveitar-se desse facto e fortalecer a sua influência através deste desporto; ao contrário do expectável, o Estado Novo não se procurou afirmar como uma entidade num patamar social superior, optando por aproveitar os “recursos” das suas colónias para a sua afirmação internacional. Ao contrário de outras épocas, os jogadores africanos não vinham para Portugal enquanto “escravos”, mas sim como profissionais com os mesmos direitos que os nascidos em território nacional “europeu”, por assim dizer.

A ideia generalizada de uma escravização e aproveitamento destes jogadores por parte do órgão de soberania liderado por Salazar acaba por se provar errada; a realidade defende a existência de um sistema social já implementado pelo “império” português que permitiu aos seus cidadãos nas províncias ultramarinas mudarem-se para a Europa, fruto de uma série de contingências que surgiram (como a busca de melhores condições de vida para si e respectivas famílias ou a fuga a conflitos políticos/militares, por exemplo).

Ainda que a minha pesquisa não se tenha revelada tão extensiva quanto, eventualmente, poderia ser, sustenta esta mesma ideia da existência de uma certa incerteza (ou, até, desconhecimento) relativamente a estes casos de emigração de jogadores provenientes de África. Ainda que o futebol fosse, de facto, apenas mais uma ferramenta da enorme “máquina” que operava o nosso sistema político da época, tornar-se-ia um dos maiores exemplos da importância das colónias africanas portuguesas no panorama social de meados do século XX.



BIBLIOGRAFIA

Fontes digitais - Internet

http://www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/2009-12_melo.pdf (acedido em 18-05-2012)

<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aso/n179/n179a04.pdf> (acedido em 20-05-2012)

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6268/1/ICS_NDomingos_Futebol_LAN.pdf (acedido em 18-05-2012)

<http://etnografica.revues.org/1391> (acedido em 05-06-2012)

<http://academiasportingafrica.co.za/academia.html> (acedido em 05-06-2012)

http://www.voanews.com/portuguese/news/03_27_2012_africansoccerplayers_VOAnews-144403385.html (acedido em 15-05-2012)

Fontes bibliográficas

DARBY, Paul, “*Migração para Portugal de jogadores de futebol africanos: recurso colonial e neocolonial*”, Lisboa, *Análise Social*, vol. XLI, 2006.

DE MELO, Victor Andrade, “*Esporte, colonialismo e pós-colonialismo nos países africanos de língua portuguesa: o caso de Cabo Verde*”, Rio de Janeiro, Simpósio Internacional Esporte, Colonialismo e Pós-colonialismo em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, 2010.

DOMINGOS, Nuno, “*Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: sobre o caso moçambicano*”, Lisboa, *Análise Social*, vol. XLI, 2006.

DOMINGOS, Nuno, “*Futebol e colonialismo: corpo e cultura popular em Moçambique*”, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

SERRADO, Ricardo, “*Futebol – A magia para além do jogo*”, Lisboa, Zebra Publicações, 2011.

NOTAS

¹ DARBY, Paul, 2006, p. 422.

² SERRADO, Ricardo, 2011, p. X.

³ In: DOMINGOS, Nuno, 2006, p. 399.

⁴ In: DOMINGOS, Nuno, 2012, p. 20.

⁵ In: DOMINGOS, Nuno, 2012, p. 20.

⁶ In: DOMINGOS, Nuno, 2012, p. 21.

⁷ DE MELO, Victor Andrade, 2010, p. 3.



⁸ SANTA RITA, João, “Colonialismo e futebol – Não houve racismo em Portugal”, *Voz da América*
(http://www.voanews.com/portuguese/news/03_27_2012_africansoccerplayers_VOAnews-144403385.html)